

PORTARIA Nº 113, DE 19 DE MAIO DE 2014.

Autoriza a servidora abaixo identificada a emitir Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação contra febre aftosa e brucelose no município de Laranjal.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso II, do Decreto nº 4.377, de 24 de abril de 2012, e em conformidade com o inciso I, do artigo 3º, da Lei nº 17.026, de 20 de Dezembro de 2.011, e

Considerando o disposto no capítulo II, do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2.006, em especial a Seção IV, artigos 23, §1º, inciso IV, 24 e 25 c/c a Instrução Normativa nº 18, de 18 de Julho de 2.006, do MAPA.


Considerando a necessidade de autorizar servidores para a emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação contra febre aftosa e brucelose e, em atendimento ao solicitado por intermédio do Ofício nº 20/2014 da Prefeitura Municipal de Laranjal.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a seguinte servidora, conforme abaixo identificado, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação contra febre aftosa e brucelose no Município de sua área de atuação:

| Município | Servidor Autorizado | Matrícula nº | Lotação | Protocolo SID/ADAPAR nº |
|-----------|---------------------|--------------|---------------------------|-------------------------|
| Laranjal | Rosilda Lemos | 110-1 | Secretaria de Agricultura | 13.165.032-9 |

PUBLICADO
Data: 22 05 14
DOE nº 9.211



Portaria nº 113

fls 02

Art. 2º A autorização concedida a servidora está restrita ao município especificado nesta portaria e sob fiscalização do médico veterinário da ULSA de Guarapuava.

Art. 3º - A servidora autorizada deverá atentar-se para as condições estabelecidas pela ADAPAR para a realização dos serviços.

Art. 4º - A autorização será cancelada pela ADAPAR quando o servidor infringir dispositivo ou norma legal correlata à matéria, bem como praticar ato que, a critério da ADAPAR, seja incompatível com o objeto da autorização.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Registre-se.

Publique-se.



Inácio Afonso Kroetz

PUBLICADO
Data: 22/05/14
DOE nº 9271